

**METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO E DESCONCENTRAÇÃO  
METROPOLITANA NO RIO GRANDE DO SUL, UM ENFOQUE SOBRE  
A CIDADE-REGIÃO DE PORTO ALEGRE**

Leonardo Oliveira Sassi

Discente em Geografia - UFRGS, Bolsista de Iniciação Científica - FAPERGS, Observatório das Metrôpoles –  
Núcleo Porto Alegre

leonardo.o.sassi@hotmail.com

**RESUMO:** A metrópole de Porto Alegre e os núcleos urbanos do seu entorno conformam-se desde o final da década de 1960 como “área metropolitana”, influenciando e polarizando a organização territorial do estado do Rio Grande do Sul. Este artigo busca refletir sobre as transformações sócio-espaciais ocorridas nas primeiras décadas do século XXI no recorte espacial da cidade-região de Porto Alegre, composto pelas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas que se estruturam no seu entorno. Baseamo-nos para essa análise nos dados socioeconômicos do Valor Adicionado Bruto (VAB) dos setores econômicos e no Índice de Potencial de Consumo Urbano (IPC). As conclusões da análise estatística e espacial apontam a permanência de centralidades urbanas tradicionais, ao mesmo passo que observamos uma desconcentração metropolitana através da tercearização que permeia todas as atividades produtivas.

**Palavras-chave:** Metropolização. Desconcentração metropolitana. Cidade-região.

**GT – 02:** Metrópole, metropolização e dinâmica espacial contemporânea.

## 1 INTRODUÇÃO

Podemos dividir o período do início do século XXI até os dias de hoje no Brasil em dois momentos político-econômicos distintos, mas que se inter-relacionam em suas causas e efeitos. O primeiro pode ser caracterizado como de implementação do modelo (neo)desenvolvimentista, onde as políticas públicas de transferência de renda, eram subsidiadas pela valorização das commodity, levando a expansão do modo de vida urbano contemporâneo, profundamente inserido na sociedade de consumo, à estratos econômicos da população que antes reproduziam seu modos de vida a partir outros paradigmas (GUDYNAS, 2009; MARICATO, 2013; ROLNIK, 2015). Contudo, quando a crise financeira internacional iniciada em 2008 e que no Brasil, muito em função das estratégias citadas acima, tem o início de seus efeitos postergados para o ano de 2012, ocasiona uma retração no sistema de crédito, acarretando uma retração no consumo e conseqüentemente na produção, os índices de crescimento econômico entram em declínio, em especial no setor da indústria (CARGNIN et al., 2019). Precipitados do poder os agentes responsáveis pelas políticas (neo)desenvolvimentistas, inaugura-se uma fase de ultra neoliberalização, que apesar de renomear os “grandes vilões” da economia, adota as mesma estratégias implementadas na década de 1990, conduzindo-nos a desregulamentação fiscal, trabalhista e da gestão do território (RIBEIRO, 2017).

As áreas metropolitanas que funcionam como “caixas de ressonância” das transformações sócio-espaciais (RIBEIRO; SILVA, 2004), nesse período também vivenciaram profundas reestruturações, associadas direta e indiretamente a esses distintos momentos, hora acelerando e aprofundando, hora arrefecendo processos por meio de retrações, expansões e mudanças de estratégias de produção. Todavia, as mais profundas transformações já estavam em curso apesar destes fenômenos de mudanças político-econômicas em escala nacional. Tendo sido desencadeadas através da reestruturação do sistema capitalista dominante na transição do modelo fordista-industrial para o modelo de acumulação flexível, baseado na concentração e acumulação patrimonial (LENCIONI, 2015).

Nossa proposta é verificar, a partir de dados socioeconômicos, especialmente quanto à estrutura da distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB) e do Índice de Potencial de Consumo (IPC) dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, as mudanças na organização sócio-espacial da cidade-região de Porto Alegre. Bem como, entender qual a relação destas mudanças com os processos de concentração, desconcentração e reconcentração econômica, diretamente vinculados ao processo de metropolização do espaço. Igualmente pretendemos

atualizar análises realizadas anteriormente no âmbito da pesquisa de Soares, Schneider e Costa, 2009 e Soares e Schneider, 2012.

### **1.1 A cidade-região de Porto Alegre: área de estudo da pesquisa**

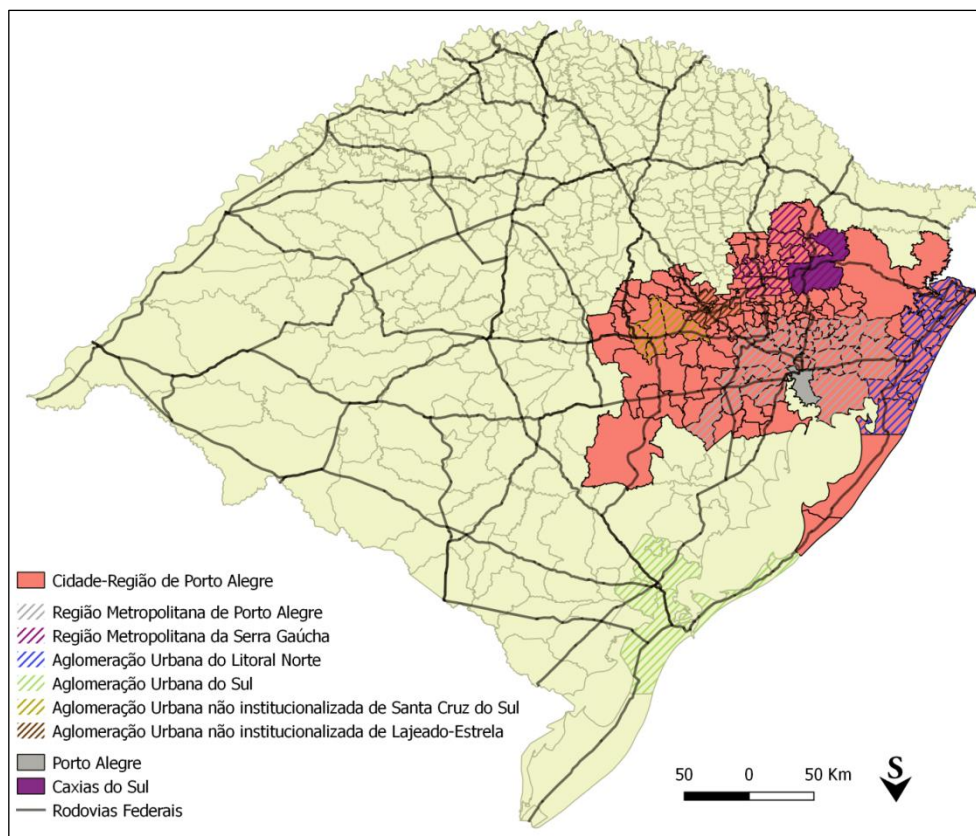
O Rio Grande do Sul é o quarto maior PIB estadual do país. A RMPA é a quinta maior concentração urbana do país e o sexto maior PIB metropolitano (IBGE, 2018). Porto Alegre, como centro metropolitano concentra a gestão econômica e a base dos serviços avançados para este amplo território. Entendemos assim, por cidade-região este conjunto de centro urbanos entre os quais se estabelecem relações de interdependência e complementaridade, formando uma estrutura sócio-espacial complexa, multicêntrica e hierarquizada. Resultante das condições de flexibilidade exigidas pelo atual regime de acumulação do capital, produzindo uma homogeneização das condições gerais de produção e da própria paisagem (LENCIONI, 2005).

A instituição deste recorte espacial de análise se dá com base na catalogação das aglomerações urbano-industriais com distância de até 150 quilômetros da metrópole de Porto Alegre, tendo sido identificadas as Regiões Metropolitanas institucionalizadas, da própria metrópole Porto Alegre (RMPA) e da Serra Gaúcha (RMSG), as Aglomerações Urbanas do Litoral Norte (AULIN) e as Aglomerações Urbanas não institucionalizadas de Santa Cruz do Sul e Lajeado - Estrela (MOURA; KLEINKE, 1999). Posteriormente cruzamos estas informações com as regiões geográficas imediatas, oriundas da nova divisão regional do Brasil proposta pelo IBGE (2017). Verificamos então a quais regiões geográficas de influência imediata pertenciam os municípios polo destas aglomerações, sendo construída a composição da cidade-região de Porto Alegre pela somatória das seguintes regiões geográficas imediatas: Porto Alegre, Novo Hamburgo - São Leopoldo, Taquara - Parobé - Igrejinha, Charqueadas - Triunfo - São Jerônimo, Montenegro, Santa Cruz do Sul, Lajeado - Estrela, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Tramandaí - Osório e Torres. O Mapa 1 apresenta a localização da cidade-região de Porto Alegre no estado do Rio Grande do Sul e as RM's e aglomerados urbanos que a compõem.

As regiões geográficas imediatas configuram a escala mais detalhada de regionalização elaborada pelo IBGE à nível nacional e, juntamente com as regiões geográficas intermediárias que possuem uma maior abrangência, constituem a atual divisão regional do Brasil, tendo sido precedidas pelas meso e microrregiões que eram utilizadas desde 1989. Esta nova nomenclatura se dá pela necessidade de atualização na metodologia de regionalização e passa a se basear fundamentalmente nos arranjos da rede urbana, levando em consideração principalmente as

migrações pendulares, para trabalho, estudo, compras e consumo, assistência à saúde e serviços públicos em geral, realizadas entre municípios próximos a centros urbanos polarizadores (IBGE, 2017).

Mapa 01 - Localização da cidade-região de Porto Alegre e das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas no estado do Rio Grande do Sul.



Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE e DNIT.

Este recorte espacial abrangeu 152 municípios. No ano de 2010 sua população somava 6.042.936 habitantes, correspondendo a 56,43% da população total do estado do Rio Grande do Sul (10.707.937 habitantes em 496 municípios). No ano de 2016 a população total do estado foi estimada em 11.300.930, enquanto a da cidade-região de Porto Alegre somava 6.451.470, representando então 57,08% da população total do estado. Assim a cidade-região de Porto Alegre apresentou um crescimento populacional no período de seis anos de 6,33%, enquanto no estado do Rio Grande do Sul este crescimento correspondeu a 5,24%. Dos 10 municípios com maior número de habitantes do estado do Rio Grande do Sul, tanto no ano de 2010, quanto no ano de 2016, sete pertenciam ao recorte da cidade-região de Porto Alegre (IBGE, 2018).

Com relação aos indicadores econômicos a cidade-região de Porto Alegre representava, no ano de 2016, 73,38% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor industrial e 65,83% do Valor Adicionado Bruto (VAB) do setor serviços<sup>1</sup> do estado do Rio Grande do Sul (IBGE, 2018). No ano de 2002<sup>2</sup>, essa participação correspondia a 75,74% do VAB do setor industrial e 67,54% do VAB do setor de serviços, apresentando então uma redução no percentual de participação de -2,36% e -1,71% nos respectivos setores industrial e de serviços. Contudo quando observamos os valores relativos somente ao recorte da cidade-região de Porto Alegre, este apresenta crescimento de 71,65% no VAB do setor industrial e 76,59% no setor de serviços comparando os anos de 2002 e 2016, enquanto na escala estadual este crescimento representou 72,53% no VAB do setor industrial e 338,42% no setor de serviços.

## 2 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Buscamos entender, através da análise de indicadores socioeconômicos e novas formas de organização espacial, como se dão os processos de concentração, desconcentração e reconcentração econômica, influenciando na metropolização do espaço. Para abordar os processos que se desenvolvem nestas relações, foi realizado o levantamento e estruturação de alguns indicadores socioeconômicos, quais sejam, o VAB (Valor Adicionado Bruto) na escala municipal e estadual, para os anos de 2002, 2007, 2012 e 2016, disponibilizados pela Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visando caracterizar, dimensionar e localizar espacialmente a presença dos setores econômicos no estado do Rio Grande do Sul e na cidade-região de Porto Alegre. Foi analisado também o Índice de Potencial de Consumo (IPC), apresentado pelo valor total do município e por classes de rendimento para o ano de 2016, disponibilizado pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS), através do qual objetivamos observar como se distribui espacialmente o poder aquisitivo da população no recorte pesquisado.

Os dados coletados referentes aos indicadores socioeconômicos foram organizados em tabelas, calculando-se a porcentagem de participação de cada setor econômico em relação ao VAB total do município e também em relação ao VAB total e por setor econômico para a escala do estado do Rio Grande do Sul. Sendo posteriormente inseridos no aplicativo computacional de

---

<sup>1</sup> Neste trabalho ao nos referirmos ao setor de serviços excluímos os valores advindos de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

<sup>2</sup> A amostra não se inicia no ano de 2000 devido a uma mudança metodológica no cálculo do VAB efetuada a partir do ano de 2002, tornando incompatível a análise comparativa com amostras dos anos anteriores.

licença aberta *Quantum GIS*, conhecido como uma ferramenta de Sistema de Informação Geográfica (SIG), no qual, estas tabelas de dados são especializadas nos recortes territoriais desejados, criando-se assim um catálogo de mapas. Por fim os resultados provenientes dessas análises foram confrontados com trabalhos acadêmicos tematicamente vinculados, apontando caminhos de pesquisa e referenciais interpretativos.

Para construção dos mapas coropléticos o método de divisão de classes utilizado foi o de quebras naturais, também conhecido como otimização de Jenks<sup>3</sup>, pré-determinando-se a quantidade de seis classes, como a cada ano analisado os valores são diferentes, foi calculado o valor médio dos intervalos das classes, para assim se observar melhor as alterações espaciais das porcentagens de participação de cada município nos determinados setores econômicos no decorrer dos anos. A opção por este método se deu pelo fato deste apresentar os melhores resultados gráficos entre os métodos de divisão de classes disponibilizados pelo aplicativo computacional de licença aberta *Quantum GIS*.

### **3 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO SETOR DA INDÚSTRIA E DO SETOR DE SERVIÇOS NA CIDADE-REGIÃO DE PORTO ALEGRE**

No ano de 2002 dos 10 municípios com maior participação no VAB industrial total do estado do Rio Grande do Sul, todos pertenciam ao recorte espacial da cidade-região de Porto Alegre somando uma participação de 45,66%, no ano de 2007 dos 10 municípios com maior VAB industrial do estado 09 pertenciam a cidade-região correspondendo à 47,55% do VAB industrial total do estado, essa quantidade de municípios se repete nos anos de 2012 e 2016, com o percentual de participação de, respectivamente 44,16% e 43,66%. Da mesma forma os 152 municípios que compõem a cidade-região de Porto Alegre, no ano de 2002 somaram um VAB industrial correspondente a 75,74% do VAB industrial total do estado do Rio Grande do Sul, nos demais anos analisados essa porcentagem foi de 76,16% em 2007, 74,28% em 2012 e 73,38% em 2016.

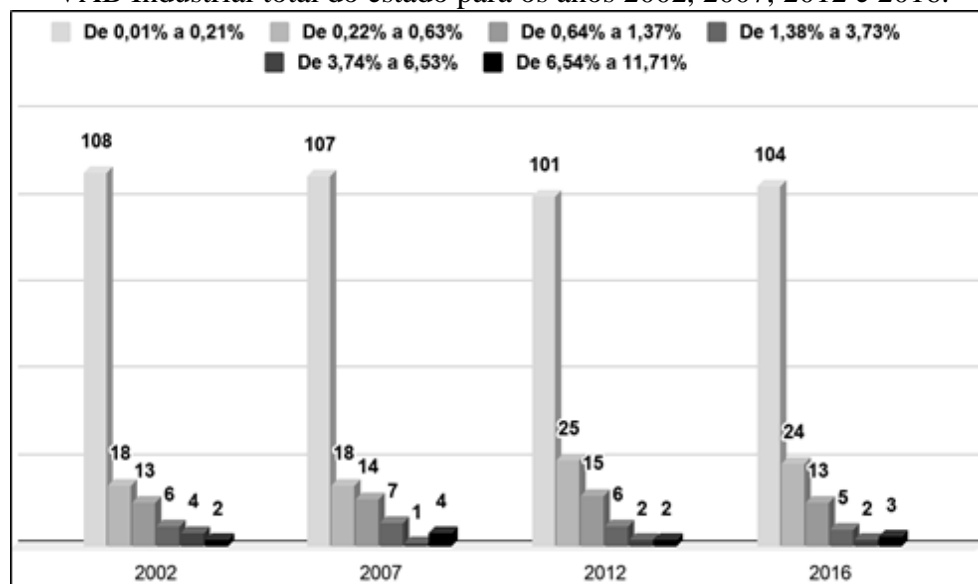
Através da leitura do Gráfico 01 pode-se perceber que a classe de faixa de participação no VAB industrial total do estado, com maiores mudanças acumuladas no número de municípios pertencentes ao recorte espacial da cidade-região de Porto Alegre foi a com percentual de

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre os procedimentos matemáticos realizados na divisão de classes pelo método de quebras naturais podem ser apreciadas no artigo Avaliação Qualitativa e Quantitativa de Métodos de Classificação de Dados para o Mapeamento Coroplético. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistabrasileiracartografia/article/view/44418/23493>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

participação entre 0,22% e 0,63%, frente a diminuição do número de municípios na classe de faixa de participação mínima entre 0,01% e 0,21%. Deste modo, associando esta análise aos dados referentes a redução de participação da cidade-região de Porto Alegre no VAB industrial total do estado, percebe uma desconcentração do setor industrial em duas escalas uma relativa ao estado do Rio Grande do Sul como um todo e outra relativa à cidade-região de Porto Alegre, que apesar de lentas e graduais podem ser percebidas.

Gráfico 01 - Número de municípios da cidade-região de Porto Alegre por faixa de participação no VAB Industrial total do estado para os anos 2002, 2007, 2012 e 2016.

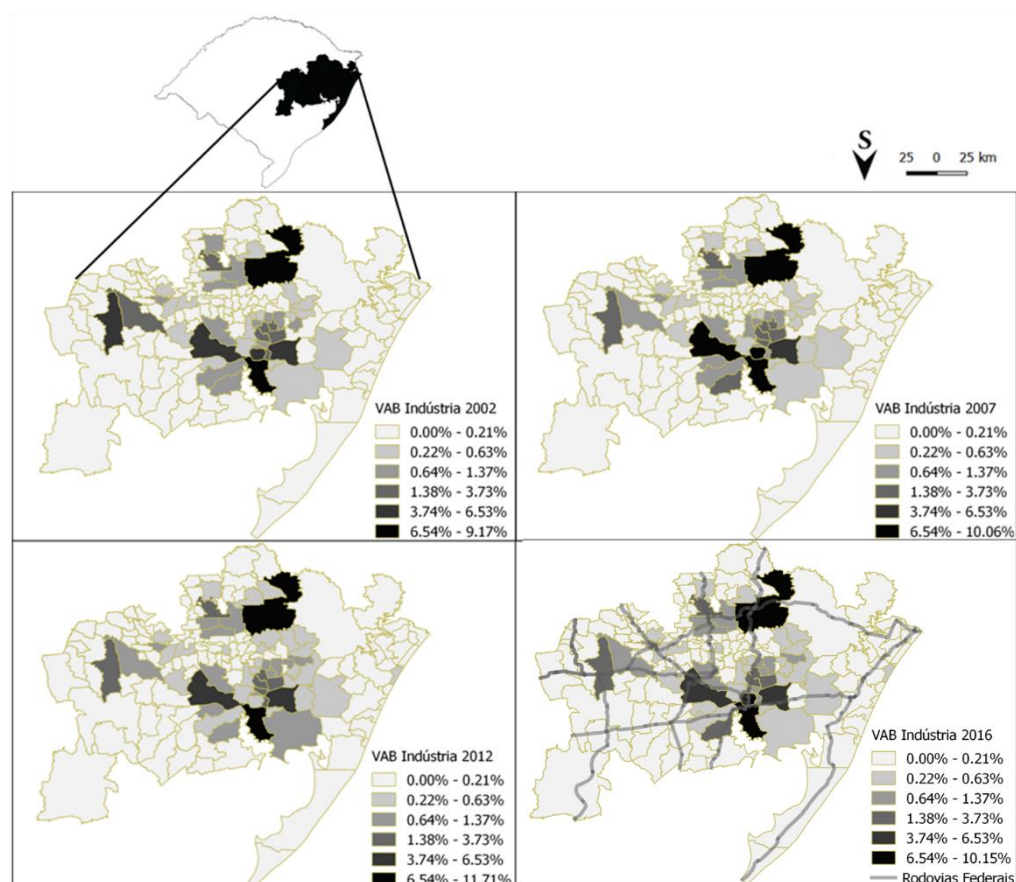


Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE.

A espacialização destes dados nos possibilita a compreensão da organização sócio-espacial dos setores econômicos e conseqüentemente as estruturas e arranjos necessários à sua operação. No caso do Mapa 02 que representa o VAB do setor industrial podemos destacar alguns aspectos quanto a sua localização espacial e as mudanças e permanências ocorridas no período estudado, como, a manutenção dos municípios polo da RMPA e RMSG na maior classe de faixa de participação, mesmo sendo compostos por diferentes tipos de indústria, no caso da RMPA formada por setores industriais bem diversificados, com destaque para áreas de média e alta tecnologia, como construção civil e petroquímica, enquanto na RMSG se destaca o setor metal-mecânico. Relevante também apontar a constituição de um eixo de municípios com significativa produção industrial entre a RMPA e RMSG, privilegiando aqueles que se encontram no trajeto da Rodovia BR-116 que liga as regiões.

Do mesmo modo, os municípios polo das aglomerações urbanas não institucionalizadas de Santa Cruz do Sul e Lajeado-Estrela também se mantêm nas classes de faixa de participação altas e intermediárias, sendo a produção industrial da aglomeração de Santa Cruz do Sul majoritariamente vinculada a indústria fumageira, enquanto na aglomeração de Lajeado-Estrela destacam-se indústrias alimentícias e moveleiras. Na aglomeração urbana institucionalizada do Litoral Norte, nos dois primeiros anos analisados (2002 e 2007) todos os municípios que a compõem se enquadravam na menor classe de faixa de participação, tendo nos dois anos seguintes (2012 e 2016) apenas um município passando à segunda menor classe de faixa de participação.

Mapa 02 - Participação dos municípios da Cidade-Região de Porto Alegre no VAB Industrial do estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2002, 2007, 2012 e 2016.



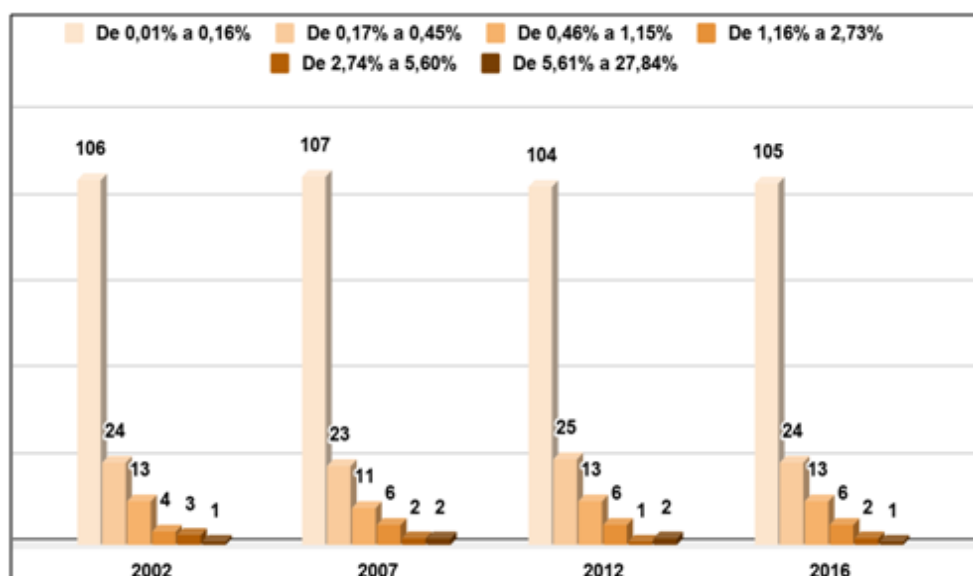


Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE.

Passando à análise dos valores referentes ao VAB do setor de serviços, verifica-se que no ano de 2002 a contribuição dos 152 municípios da cidade-região de Porto Alegre correspondia a 67,54%, em 2007 a 67,61%, em 2012 a 66,82% e em 2016 a 65,83%. Entre os 10 municípios com maior VAB de serviços no estado do RS, 06 pertenciam ao recorte da cidade-região no ano 2002 e somavam uma contribuição 45,43% em relação ao VAB de serviços total do estado do Rio Grande do Sul, a quantidade de municípios se repete em 2007, 2012 e 2016, com a porcentagem da participação, sendo de, respectivamente 44,55%, 42,69% e 41,46%.

Assim é possível aduzir, por meio dos dados referentes à porcentagem de participação dos municípios da cidade-região de Porto Alegre no VAB total do estado do Rio Grande do Sul, que na escala estadual existe uma diminuição da contribuição da cidade-região de Porto Alegre perante o restante do estado no VAB do setor de serviços, bem como, os grandes centros urbanos do recorte, diminuem sua contribuição frente aos demais municípios. Internamente ao recorte da cidade-região de Porto Alegre, apesar dos intervalos das classes de faixa de participação no VAB do setor de serviços serem diferentes dos apresentados no VAB do setor da indústria, os resultados são semelhantes, não sendo observadas grandes reorganizações. Conforme se verifica no Gráfico 02 a classe de faixa de participação que mais apresentaram crescimento no período analisado foi a de 1,16% a 2,73% indicando uma pequena desconcentração deste setor no recorte da cidade-região de Porto Alegre.

Gráfico 02 - Municípios da cidade-região de Porto Alegre por faixa de participação no VAB de serviços do estado do RS nos anos 2002, 2007, 2012 e 2016.



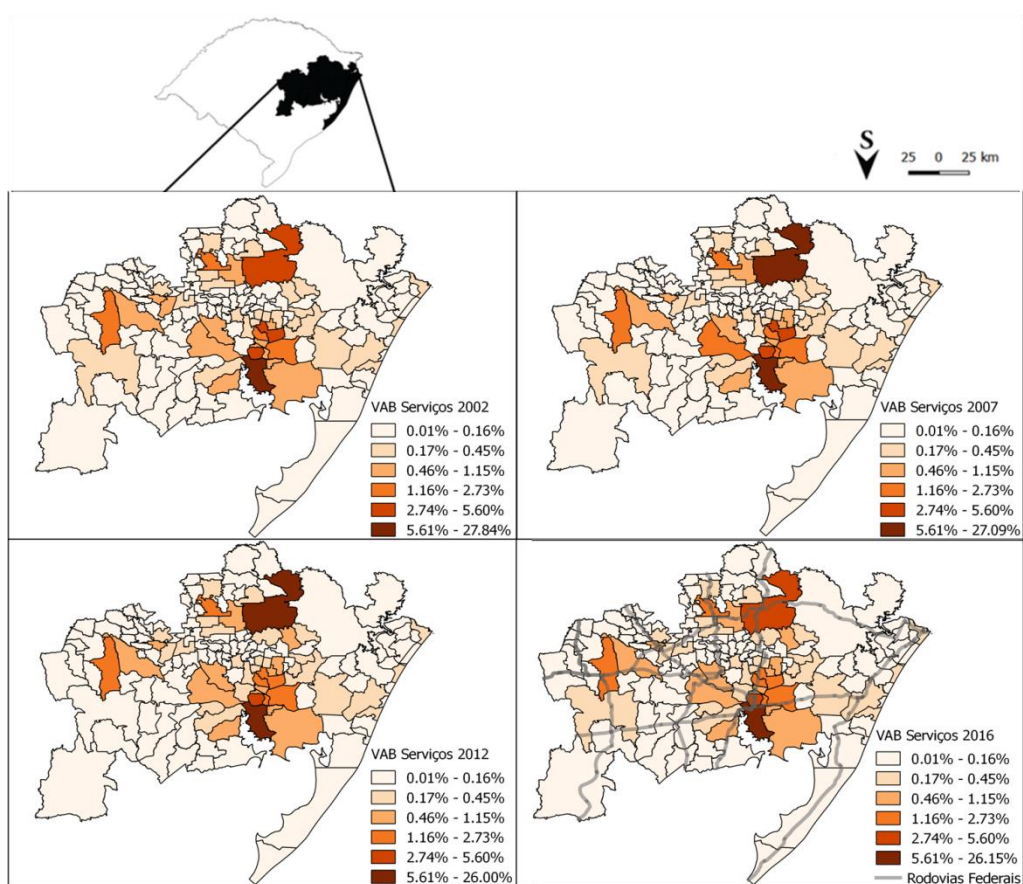
Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE.

No Mapa 03 produzido com base no VAB do setor de serviços verifica-se um padrão espacial muito semelhante ao apresentado pelo Mapa 02 do VAB setor industrial, com participação ainda mais significativa das regiões metropolitanas (RMPA e RMSG) e das aglomerações urbanas não institucionalizadas (Santa Cruz do Sul e Lajeado-Estrela). Seguindo inclusive a tendência de constituição do eixo de municípios com alta participação entre a RMPA e RMSG. Ficando evidente a forte correlação positiva entre os dois setores, que apresentam padrões de localização geográfica muito semelhantes.

Contudo, diferentemente do setor industrial que apresenta uma maior participação dos municípios do interior do recorte da cidade-região de Porto Alegre, aqui alguns municípios do litoral pertencentes a aglomeração urbana institucionalizada do Litoral Norte (AULIN) se enquadram nas classes de faixa de participação intermediárias, também se encaminhando para a constituição de um eixo em direção a RMPA através das rodovias BR-290 e 101. Essa maior participação dos municípios litorâneos no setor de serviços, se explica pela migração sazonal de um contingente considerável da população do estado para esta região no período de férias escolares de verão, entre os meses de dezembro e fevereiro, ademais, na última década os municípios do litoral Norte foram os que apresentaram maior crescimento populacional no estado, fato diretamente vinculado ao aumento de moradores residentes nestes municípios que realizam migração pendular para Porto Alegre e outros municípios da região metropolitana.

Mapa 03 - Participação dos municípios da Cidade-Região de Porto Alegre no VAB de Serviços do estado do RS, nos anos de 2002, 2007, 2012 e 2016.  
 Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE.

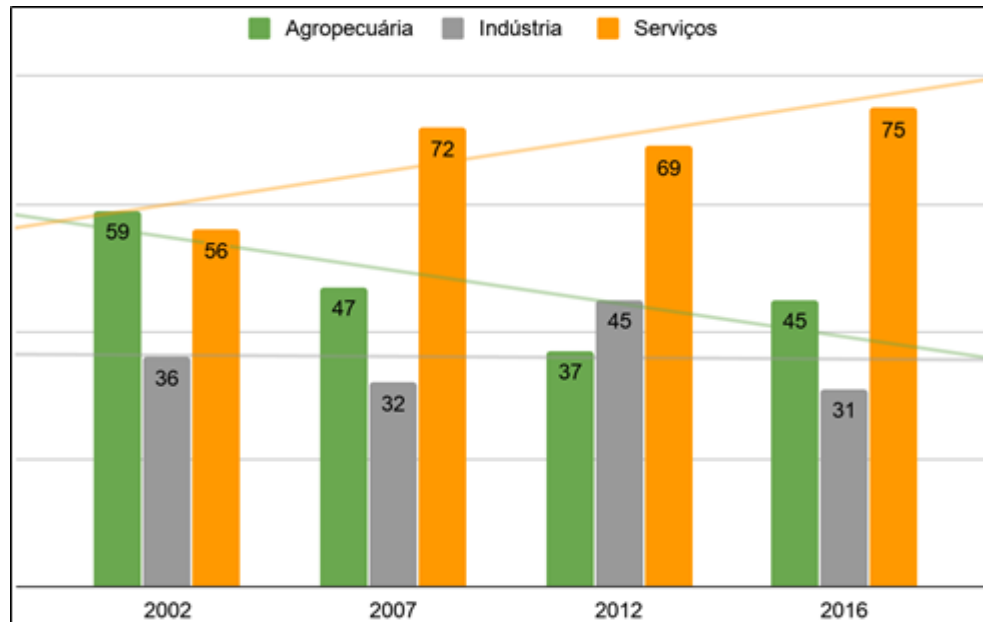
Outra análise realizada se deu sobre a distribuição dos setores econômicos predominantes por município no recorte da cidade-região de Porto Alegre. Para tal tarefa os municípios foram divididos conforme o setor econômico predominante, ou seja, porcentagem de participação do VAB de um setor superior a porcentagem de participação dos demais, por exemplo, no ano de 2016, o município de Cotiporã apresentou VAB do setor agropecuário correspondente à 28,84%, VAB do setor da indústria de 41,21% e VAB do setor de serviços de 30,34%, assim foi



classificado como setor econômico predominante o da indústria.

Os resultados, conforme o Gráfico 03 e o Mapa 04, indicam que no período analisado, 19 municípios passaram a ter o VAB do setor de serviços como predominante, enquanto houve uma diminuição de 14 municípios de VAB agropecuário predominante e 04 municípios de VAB industrial predominante.

Gráfico 03 - Caracterização dos municípios da cidade-região de Porto Alegre pelo setor econômico predominante.



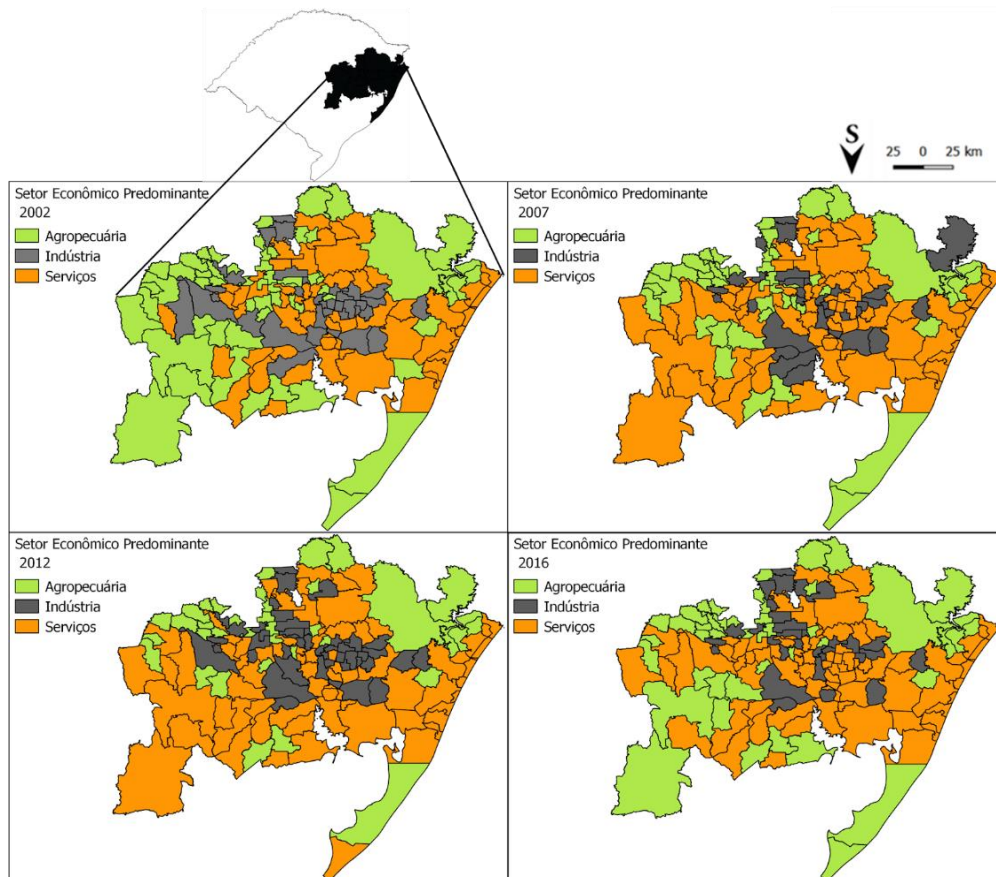
Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE.

As linhas de tendência que cruzam o gráfico apontam uma relativa estabilidade dos municípios predominantemente industriais, frente a conversão de municípios com setor econômico predominantemente agropecuário em municípios com predominância econômica do setor de serviços, como não houve verificação nominal não se pode afirmar que essa conversão tenha ocorrido de forma direta, porém tendo em vista a amplitude da quantidade de municípios que realizaram essa transição, parte considerável destes não cumpriu uma “etapa de industrialização” para tornar-se uma economia de serviços. Este cenário converge com análises que apontam o atual momento histórico como de transição entre o regime de acumulação fordistas para o regime de acumulação flexível do capital, com predomínio do setor de serviços, inclusive nos municípios considerados majoritariamente rurais, uma vez que mesmo as atividades dessa área produtiva estão cada vez mais associadas a serviços prestados por terceiros, como consultorias, transportes, armazenamento e afins.

Cargnin et al. (2019), ao analisar a distribuição e quantidade vínculos empregatícios no setor industrial e suas subdivisões no estado do Rio Grande do Sul no período entre 2013 e 2015, afirma que, em fenômeno semelhante ao vivenciado na retração econômica da década de 1980, se pode observar uma “primarização” da economia estadual, mais pela retração dos setores da indústria e serviços, do que pelo crescimento do setor agropecuário. Tal preceito pode ser empregado também em nossa análise, tendo em vista o retorno do surgimento de municípios de

economia predominantemente agropecuária no ano de 2016, após a redução nos três anos analisados anteriormente (2002, 2007 e 2012).

Mapa 04 - Municípios da cidade-região de Porto Alegre pelo setor econômico predominante nos anos de 2002, 2007, 2012 e 2016.



Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: IBGE.

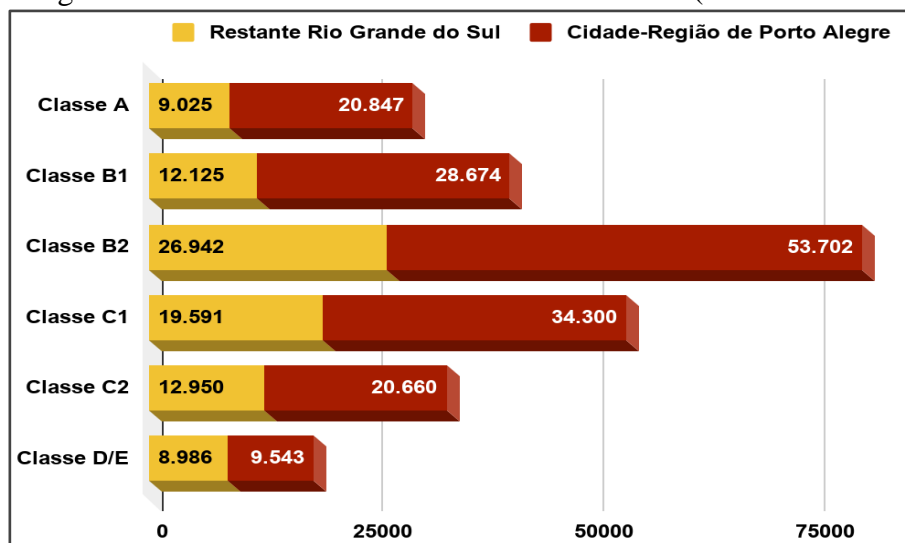
#### 4 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO POTENCIAL DE CONSUMO DA POPULAÇÃO NA CIDADE-REGIÃO DE PORTO ALEGRE

Dos 10 municípios com maior potencial de consumo total (somadas todas as classes de rendimento<sup>4</sup>) no estado do Rio Grande do Sul no ano de 2016, 07 pertenciam a cidade-região de Porto Alegre, a quantidade de municípios se mantém a mesma para o potencial de consumo por classe de rendimento, quando analisada isoladamente as classes A, B1, B2, C1, aumentando para 08 entre os 10 maiores na classe C2 e diminuindo para 06 na classe D/E. Comprando-se o

<sup>4</sup> De acordo com o Critério de Classificação Econômica Brasil instituído pela ABEP (Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa), onde Classe A corresponde a renda média domiciliar mensal de R\$20.288,00, Classe B1 a R\$9.254,00, Classe B2 a R\$4.852,00, Classe C1 a R\$2.705,00, Classe C2 a R\$1.625,00, Classe D/E a R\$768,00. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>, acesso em: 29 out. 2018.

potencial de consumo total do estado do Rio Grande do Sul com o potencial de consumo total dos municípios da cidade-região de Porto Alegre conclui-se que este recorte espacial corresponde à 65,99% do potencial de consumo total do estado. Quando analisamos as classes de rendimento isoladamente essa relação passa a se expressar na porcentagem de 69,79% na Classe A, 70,28% na Classe B1, 66,59,28% na Classe B2, 63,65% na Classe C1, 61,47% na Classe C2 e 51,50% na Classe D/E, expressos em valores absolutos no Gráfico 03. Evidencia-se assim uma concentração do potencial de consumo do estado do Rio Grande do Sul no recorte da cidade-região de Porto Alegre, tanto quando analisamos o potencial de consumo total dos municípios, quando são analisadas individualmente as classes de rendimento, porém as classes com maior concentração na cidade-região são as de maior rendimento médio mensal, A e B1.

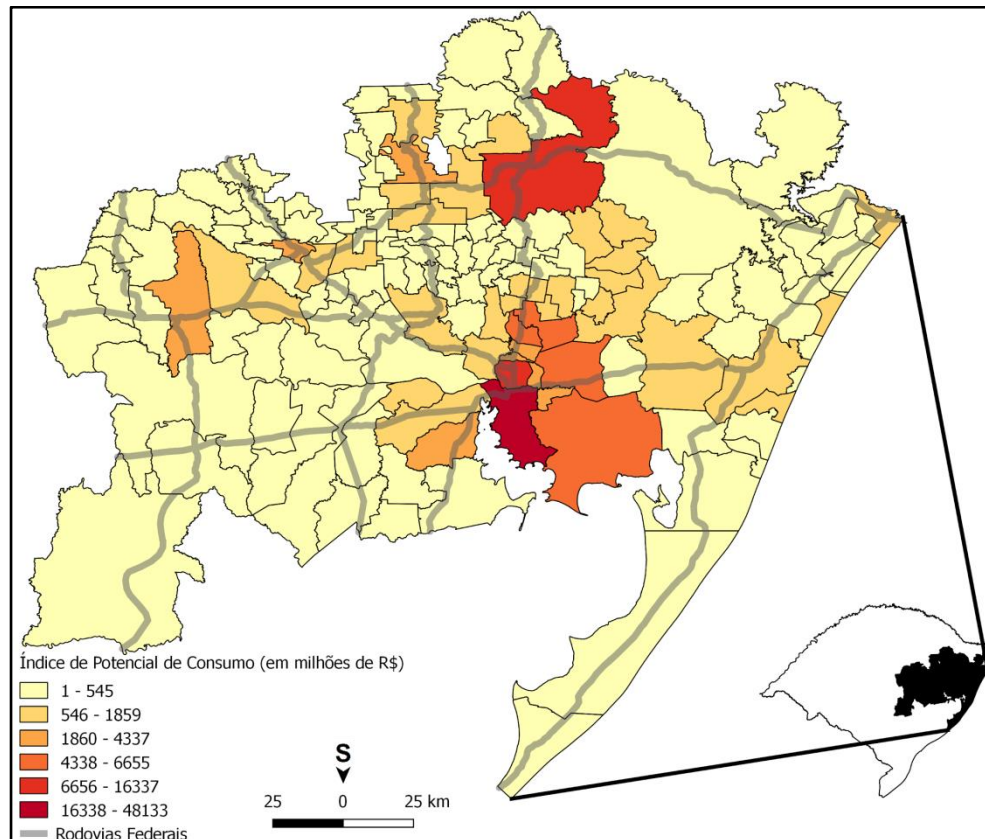
Gráfico 03 - Índice de Potencial de Consumo por Classe de Rendimento na cidade-região de Porto Alegre e no restante do estado do Rio Grande do Sul (em milhões de reais).



Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: SEBRAE/RS e IBGE

Estes dados nos permitiram identificar onde se localizam os municípios com maior consumo e concentração de capital, bem como, sua relação com os estratos da população com maior poder aquisitivo. Assim o padrão de distribuição espacial do Índice de Potencial de Consumo dos municípios da cidade-região de Porto Alegre reforça as formas de organização sócio-espacial dos setores da indústria e dos serviços, como se pode ver no Mapa 05, destacando-se as “velhas centralidades” já institucionalizadas dos municípios polo da RMPA e RMSG, bem como, das aglomerações urbanas não institucionalizadas de Santa Cruz do Sul e Lajeado-Estrela, destacando-se também, assim como no VAB do setor de serviços alguns municípios da aglomeração urbana do Litoral Norte (AULIN).

Mapa 05 - Índice de Potencial de Consumo por município na cidade-região de Porto Alegre para o ano de 2016.



Elaborado pelos autores, 2019. Fonte: SEBRAE/RS e IBGE

## 5 SOBRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS; REFLEXÕES FINAIS

Os dados do VAB dos setores da indústria e dos serviços e sua organização espacial indicam um movimento lento e envolvendo poucos municípios no sentido de um processo de desconcentração metropolitana, que se constitui tanto internamente ao recorte da cidade-região de Porto Alegre, quanto na relação desta com o restante do estado do Rio Grande do Sul. Isso sugere que apesar das estratégias de distanciamento das “deseconomias de aglomeração” implementadas na atual fase de acumulação flexível de capital, as metrópoles e cidades médias ainda cumprem um importante papel de centralidade e hierarquia na rede urbana do estado. Hipótese que se apoia também na manutenção dos municípios polo das tradicionais aglomerações urbano-industriais, incluídas as regiões metropolitanas, como concentradores do VAB industrial e de serviços na escala do estado e da cidade-região Porto Alegre. Contudo, retomando a um dos objetivos do trabalho, ao menos a partir desta ótica de análise, amparada em

indicadores macroeconômicos, não conseguimos perceber uma clara relação entre as mudanças no cenário político-econômico recente e a organização sócio-espacial dos setores produtivos.

Ao analisarmos os setores econômicos predominantes na escala municipal, acreditamos vislumbra outro processo, ainda que também relacionado às alterações no modelo e estratégias de acumulação de capital vivenciadas nas últimas décadas. A significativa conversão de economias agropecuárias em economias de serviços, reorganiza as estruturas produtivas e os modos de vida dos municípios que orbitam as aglomerações urbano-industriais, metropolizando estes espaços e os convertendo em novas fronteiras da acumulação flexível. Brenner (2014, p. 08) ao falar dos novos paradigmas da urbanização planetária aponta o fato de que

“ [...] as geografias da urbanização (concebidas durante muito tempo com respeito às populações densamente concentradas e aos entornos construídos das cidades) estão adquirindo morfologias novas e de maior envergadura, que perfuram, atravessam e fazem explodir a antiga divisão entre o urbano e o rural”.

A este processo específico, se tomamos o ritmo de conversão apresentado entre os anos de 2002, 2007 e 2012, percebe-se uma desaceleração da tendência quando analisado os resultados do ano de 2016 podendo relacionar-se a redução de consumo do atual período recessivo da economia.

A observação dos padrões de organização sócio-espacial do índice de potencial de consumo total dos municípios revela um reforço aos padrões espaciais de concentração dos setores econômicos da indústria e de serviços, verificando-se uma forte relação entre o potencial de consumo da população e o padrão locacional destes setores no recorte da cidade-região de Porto Alegre. Quando analisamos individualmente o potencial de consumo dos municípios através das classes de renda, desponta uma tendência de maior concentração no recorte da cidade-região das classes com maior renda média mensal. Assim esta regionalização se mostra detentora não só das estruturas produtivas e de prestação de serviços, como também do potencial de consumo, principalmente dos estratos da população com maior renda média, concentrando os vetores do processo de metropolização no estado do Rio Grande do Sul e irradiando estes vetores para além dos limites das aglomerações urbanas já institucionalizada, apesar de manter nestas aglomerações seus polos.



Deste modo podemos falar em mudanças e permanências de características no processo contemporâneo de metropolização em nossa área de estudo. Onde, por um lado se vê o recente processo de avanço da nova economia metropolitana, fortemente atrelada ao setor de serviços e a sociedade de consumo em massa, freado pelo atual período de instabilidade político-econômica, e por outro, vemos a reprodução de certos padrões de organização sócio-espacial do território, com a concentração das estruturas produtivas e comerciais e conseqüentemente da população em centralidades urbanas tradicionais. Ambos os processos descritos perpetuam diversos fatores relacionados a saturação dos ambientes urbanos, ao mesmo passo que assistimos a uma expansão das manchas de urbanização das cidades. Revelando-se assim a insustentabilidade das atuais dinâmicas de produção e reprodução do espaço urbano.

Finalizando, reconhecemos que a leitura aqui apresentada requer ainda ser complementada com outras análises no que concerne à expansão das manchas urbanizadas, bem como de interconexões e fluxos entre os centros urbanos polos da cidade-região, a partir das quais, poderemos revelar com mais detalhe sua complexidade e inserção na urbanização contemporânea

## 5 REFERÊNCIAS

BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. **e-metropolis**. Ano 5, nº 19, 2014, p. 6-26. Disponível em: <[http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/019/original/emetropolis\\_n19.pdf?1447896381](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/019/original/emetropolis_n19.pdf?1447896381)>, acesso: 20 jun. 2019.

CARGNIN, A. P. et al. A ilusória desconcentração industrial gaúcha após a recente crise econômica. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 70, 2019, p. 113-131. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2019v34n70p113>>, acesso em: 03 mai. 2019.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In C.A.A.P. & C.L.A.E.S. (Eds.), **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009. p. 187-225.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades**. Rio de Janeiro: 2008. 207 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>>, acesso em: 14 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Análise Detalhada sobre os Setores de Atividade Econômica 2010 - 2015**. Rio de Janeiro: 2017. 18 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101579>>, acesso em: 08 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: 2017. 83 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2016**. Rio de Janeiro: 2018. 30 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101630>> acesso em: 17 mar. 2019.

LACERDA, N. Fragmentação e integração, movimentos de (re)estruturação das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, A, C, T; LIMONAD, E; GUSMÃO, P, P. (Org.) **Desafios ao planejamento, produção da metrópole e questões ambientais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 21-42.

LENCIONI, Sandra. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 82, 2005, p. 45-64.

LENCIONI, S. A Metrópole e Sua Lógica Capitalista Atual Face ao Regime de Acumulação Patrimonial. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, 2015, p. 149-158. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1778>>. Acesso em: 25 out. 2017.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 25 -34.

MARICATO, E. Metrópoles des governadas. **Estudos Avançados**, São Paulo v. 25, n. 71. 2011, p. 7-22. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142011000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100002&lng=pt&nrm=iso)>, acesso em 17 jun. 2018.

MOURA, R.; KLEINKE, M. L. U. Espacialidades de concentração urbana na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, 1999, p. 3-25. Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/publicacoes/revista\\_pr/revista\\_pr\\_95.htm](http://www.ipardes.gov.br/publicacoes/revista_pr/revista_pr_95.htm)>, acesso em 10 jun. 2018.

RIBEIRO, L. C. Q. As metrópoles e o direito à cidade na inflexão ultraliberal da ordem urbana brasileira. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro: 2017. 74p.

RIBEIRO, A. C. T.; SILVA, C. A. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (org.) **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930022258/16p6art3.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2018. p. 347-371.

ROLNIK, R. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 33, 2015, p. 127-154. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S223699962015000100127&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223699962015000100127&lng=pt&nrm=iso)>, acesso em 23 nov. 2017.

SOARES, P. R. R.; SCHNEIDER, L. P. Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 39, n. 1-2, 2012, p. 113-128. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37318/24100>>, acesso em 20 nov. 2017.

SOARES, P. R. R.; SCHNEIDER, M.; COSTA, A. M. F. De metrópole regional a cidade região: trajetórias sócio-espaciais da região metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12. , **Anais...** Montevideu: 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/176.pdf>>, acesso em 20 ago. 2018.